



**COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE**

**REQUERIMENTO DE CONVOCAÇÃO DE MINISTRO Nº , DE 2023**  
(Do Sr. Deputado **JUNIO AMARAL**)

Requer a convocação do Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para prestar esclarecimentos a esta Comissão acerca do aumento da alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre armas de fogo, acessórios e itens de defesa pessoal.

**Senhora Presidente,**

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 58, § 2º, III, da Constituição Federal, combinado com o art. 24, IV e 219, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o plenário da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, seja convocado o Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para prestar esclarecimentos acerca do aumento da alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre armas de fogo, acessórios e itens de defesa pessoal por ocasião da publicação do Decreto nº 11.764, de 31 de outubro de 2023.

**JUSTIFICAÇÃO**

Em 31 de outubro de 2023, diversos órgãos da sociedade brasileira e deputados da Câmara dos Deputados foram surpreendidos com a edição e publicação do Decreto nº 11.764, o qual prevê o aumento da alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), de 29% para 55%, para uma



série de armamentos e acessórios, a exemplo de revólveres, pistolas, componentes de cartuchos e até mesmo spray de pimenta.

Considerando esse aumento, teremos um impacto considerável na gestão das corporações integrantes da segurança pública e, igualmente, da segurança privada, resultando ainda em um aumento dos custos em seus contratos e no fornecimento dos serviços.

Com isso, a segurança pública poderá sofrer com alta no custo referente aos seus processos de aquisição de armamentos e acessórios, enquanto a segurança privada, por vezes atuante de maneira complementar à segurança pública, terá da mesma forma um maior custo de contratação.

Paralelamente, esse aumento afeta frontalmente a prática do tiro desportivo, um esporte olímpico em que nosso país é medalhista, e também a caça de espécies exóticas invasoras nocivas à fauna brasileira, como o javali, que destrói plantações e traz prejuízos não só ambientais, como também econômicos.

Ante o exposto, se faz urgente e necessário que o Ministro da Fazenda, que assina o Decreto mencionado junto do Presidente da República, preste esclarecimentos a esta Comissão quanto às motivações, metodologias de cálculo, expectativa de receitas e impactos dessa medida no âmbito da segurança pública e privada, tal qual nos meios do tiro desportivo, da caça permitida no Brasil e na defesa pessoal no aspecto civil. Por tais razões, solicitamos o apoio dos deputados na aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, em 06 de novembro de 2023.



Deputado JUNIO AMARAL – PL/MG

